

-----**ATA N.º 300**-----

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, no salão nobre da Freguesia de Silva Escura, sito na Rua da Bouça, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Sérgio Miguel da Silva Rodrigues, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

- 1 **Atas e Correspondência**-----
- 2 **Período Destinado ao Público**-----
- 3 **Período de Antes da Ordem do Dia**-----
- 4 **Período da Ordem do Dia**-----
 - 4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal-----
 - 4.2 Mapa de Demonstrações do Desempenho Orçamental-----
 - 4.3 Mapa de Pessoal de 2026 – 1ª Alteração-----
 - 4.4 Mapa de Pessoal de 2026 – 2ª Alteração-----
 - 4.5 Conselho Municipal de Saúde de Sever do Vouga-----
 - 4.6 Comissão Alargada da CPCJ-----
 - 4.7 4ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2026-----
 - 4.8 Auditor Externo – Nomeação-----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão às dezassete horas e quinze minutos. Cumprimentou todos os presentes e, antes de se proceder à verificação do quórum, referiu uma breve nota. Informou que a presente sessão assume um significado especial, por se tratar da primeira sessão descentralizada do mandato, salientando que esta iniciativa pretende reforçar a proximidade da Assembleia Municipal às freguesias e aos cidadãos, aproximando o órgão deliberativo do território que representa. Manifestou, ainda, um agradecimento público à Junta de Freguesia de Silva Escura pela disponibilidade, colaboração e condições proporcionadas para a realização da sessão, ficando registado o reconhecimento institucional da Assembleia. De seguida, solicitou à segunda-secretária para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Foram registadas as seguintes presenças:-----

- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
- Almiro Silva Machado-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Arolde Soares da Silva Balaias-----
- Carlos Alberto de Andrade Oliveira-----
- Cláudia Maria Rodrigues da Silva-----
- Cláudia Videira Amorim-----
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
- Fernando Pereira Rodrigues-----
- Filipe Manuel Barbosa Marques-----
- Hugo Filipe da Silva Martins-----
- Inês Silva Fernandes-----
- João Nuno Araújo Graça-----
- João Rodrigues de Oliveira-----
- José Henrique Ribeiro de Bastos-----
- José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
- Luís Alberto de Oliveira Pereira-----
- Luís Filipe de Almeida Guerra-----
- Maria do Carmo Tavares de Oliveira-----
- Maria Eduarda Pereira dos Santos Ribeirinha-----
- Maria Margarida Coutinho Raimundo-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----

- Marta Lúcia da Silva Sousa Batista-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Rafael Henriques de Bastos-----
- Roberto Emanuel da Silva Simões Freitas-----
- Sandra Cristina Vieira Manuel Duarte-----
- Sérgio Miguel da Silva Rodrigues-----
- Sofia Alexandra Ferreira Araújo-----
- Sónia Marisa Pereira Correia-----

Nesta data, encontravam-se em efetividade de funções os vinte e seis membros da lista acima indicada, com exceção das quatro pessoas (Alexandre Manuel Tavares Rocha, João Nuno Araújo Graça, Luís Filipe de Almeida Guerra, Rafael Henriques de Bastos e Sónia Marisa Pereira Correia) que vieram substituir os membros impedidos de estarem presentes e que foram substituídos. -----

---- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Paula Cristina Dias Coutinho, Hermínio Pedro Marques Martins, José Carlos Ribeiro de Sousa, Sérgio Soares da Silva e Rui Manuel de Jesus Correia.-----

--- Estiveram presentes Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento, e, Carla Alexandra Pereira da Silva, Coordenadora Técnica, em apoio à Mesa.-----

--- Foram registadas as seguintes faltas e substituições: António Carlos Bívar Branco de Penha Monteiro, que foi substituído por Alexandre Manuel Tavares Rocha; Carina Martinho de Bastos, que foi substituída por João Nuno Araújo Graça; Élio Martins de Bastos Figueiredo, que foi substituído por Luís Filipe de Almeida Guerra; Maria Elisabete Martins Henriques, que foi substituída por Rafael Henriques de Bastos e Nuno Filipe Tavares Rodrigues que foi substituído por Sónia Marisa Pereira Correia.-----

-----1 – Ata e Correspondência-----

Neste ponto, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que tinha sido efetuada uma verificação das atas e o esclarecimento de alguns pontos durante a reunião de líderes. Perante isso, questionou se alguém pretendia apresentar mais alguma informação sobre as atas. Marta Batista solicitou o uso da palavra, tendo-lhe sido concedida pelo Presidente da Assembleia Municipal.-----

Marta Batista cumprimentou todos os presentes. Relativamente ao período em análise das atas 297 e 298, referiu ter tido oportunidade, no caso da ata 297, de apresentar algumas sugestões de correção, considerando que a maioria terá sido aceite. No entanto, indicou ter efetuado uma solicitação que considerava importante, no sentido de que, quando é feita uma interpelação à mesa, independentemente de ainda existir tempo no grupo municipal, essa referência deveria ser registada, por se tratar de uma figura regimental distinta do tempo regulamentado para o ponto em discussão. Assim, solicitou que, num futuro próximo, tal fosse tido em conta, bem como as defesas da honra. Mais referiu que, nas audições das gravações a que teve acesso, constatou que nem sempre o que é dito do lugar é perceptível, pelo que solicitou que, em situações futuras, quando fossem feitas interpelações à mesa ou defesas da honra, o Presidente da Assembleia o mencionasse ao microfone, de forma que ficasse explícito o motivo da intervenção. Relativamente à ata 298, de 19 de dezembro de 2025, apresentou a sua declaração de voto contra, fundamentando-a numa razão objetiva e clara: *“A ata apresentada não reflete, na íntegra e com o rigor devido, tudo o que ocorreu naquela reunião. Mais ainda, recordo que essa sessão foi encerrada pelo senhor Presidente da Assembleia antes de ter sido elaborada, lida e votada a respetiva ata em minuta, como é prática e procedimento regular. Ora, a ata em minuta constitui um instrumento essencial para assegurar a fidelidade dos factos deliberados e a validação imediata das decisões tomadas. O encerramento da reunião sem que essa formalidade tivesse sido cumprida, compromete a segurança jurídica do que ali foi deliberado. Nestas circunstâncias, não posso validar um documento que, no meu entendimento, não reproduz integralmente o que ocorreu e cuja tramitação não observou o procedimento que deveria ter sido seguido. O meu voto, portanto, será contra, sendo um*

voto de coerência e de responsabilidade. Quero, ainda, deixar claro que não me considero responsável por quaisquer consequências, irregularidades ou eventuais ilegalidades que possam decorrer do facto de a reunião ter sido encerrada antes da votação da ata em minuta. A minha posição é de salvaguarda institucional, de rigor procedimental e de defesa da transparência”.

1.1 Ata n.º 297 de 05 de dezembro de 2025:

Foi colocada à votação a ata da sessão extraordinária de 05 de dezembro de 2025, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, a qual foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Alexandre Rocha, Almiro Machado, António Dias, Arolde Balaias, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Filipe Marques, Hugo Martins, Inês Fernandes, João Graça, João Oliveira, José Bastos, José Lemos, Luís Pereira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Mariana Bastos, Marta Batista, Paulo Lourenço, Rafael Bastos, Roberto Freitas, Sérgio Rodrigues, Sofia Araújo e Sónia Correia.

1.2 Ata n.º 298 de 19 de dezembro de 2025:

Foi colocada à votação a ata da sessão ordinária de 19 de dezembro de 2025, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor dos membros Almiro Machado, Arolde Balaias, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Filipe Marques, Hugo Martins, Inês Fernandes, João Oliveira, José Bastos, José Lemos, Luís Pereira, Luís Guerra, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Paulo Lourenço, Rafael Bastos, Roberto Freitas, Sérgio Rodrigues, Sofia Araújo e Sónia Correia e quatro votos contra dos membros António Dias, Alexandre Rocha, Mariana Bastos e Marta Batista.

1.3 Ata n.º 299 de 12 de janeiro de 2026:

Foi colocada à votação a ata da sessão extraordinária de 12 de janeiro de 2026, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, a qual foi aprovada, por unanimidade, pelos membros António Dias, Arolde Balaias, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Filipe Marques, Hugo Martins, Inês Fernandes, João Oliveira, José Bastos, José Lemos, Luís Pereira, Maria do Carmo Oliveira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Mariana Bastos, Marta Batista, Paulo Lourenço, Roberto Freitas, Sandra Duarte Sérgio Rodrigues e Sofia Araújo.

1.2 Correspondência e Informações:

Correspondência recebida desde a última sessão ordinária, que foi disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal juntamente com a documentação da sessão:

- CPCJ - Relatório Anual de Atividades de 2025 e Plano de Atividades previsto para 2026;
- Câmara Municipal - Distribuição de Pelouros;
- Ofício de Resposta da CM ao Requerimento do CDS-PP;
- Ofício de Resposta da CM ao Requerimento do PS.

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento ao órgão deliberativo de que Maria do Carmo de Tavares Oliveira, membro da Assembleia Municipal, comunicou, através de carta datada de 27 de fevereiro de 2026, a sua passagem à condição de membro independente. De seguida, procedeu à leitura da referida carta. *“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sever do Vouga, eu abaixo-assinado, Maria do Carmo Tavares Oliveira, membro da Assembleia Municipal de Sever do Vouga, eleita pelo Partido Chega, venho comunicar a vossa excelência nos termos e para o efeito do discurso n.º 2 do artigo 16.º do Regimento da Assembleia Municipal, que a partir desta data, passa a situação de independência. A presença dos meus respetivos experimentos, Sever do Vouga, 27 de fevereiro de 2026, Maria do Carmo de Tavares Oliveira”.*

-----2 – Período Destinado ao Público-----

Juvenal Alcides da Silva Costa, residente em Silva Escura, cumprimentou todos os presentes e deu as boas-vindas a Silva Escura. Manifestou o desejo de que fosse desenvolvido, no futuro, um trabalho profícuo, salientando que o concelho assim o exige e sublinhando não estar a referir-se a qualquer partido em particular, mas a todos, destacando a importância de, após as eleições, se trabalhar em conjunto pelo bem comum do concelho. Referiu que a freguesia de Silva Escura precisa de muito trabalho no local e, se fizessem uma viagem pela freguesia, constatavam que muitas das ruas se encontram em más condições. Apontou a estrada de Silva Escura a Dornelas, cuja execução demorou quatro anos, referindo que, atualmente, metade dela poderá necessitar de reparação. Acrescentou que, em tempos anteriores, existiam garantias por parte dos empreiteiros e mecanismos de responsabilização em caso de incumprimento, questionando como é possível que, após a conclusão da referida obra num mandato anterior, se verifique a existência de buracos e barreiras caídas. Salientou que o empreiteiro deverá assegurar a transitabilidade da via. Indicou ainda que a situação se agrava pela ausência de sinalização no local. Referiu também que, embora considere que a Câmara Municipal aparenta dispor de pessoal administrativo suficiente, não tem verificado a presença de equipas de apoio nas áreas da rodovia, jardins e outras atividades necessárias ao município. Acrescentou que empreitar trabalhos retira responsabilidades ao município, mas nem sempre assegura a qualidade desejada dos serviços prestados. Deu como exemplo a recolha de resíduos, referindo que os contentores na zona se encontram frequentemente cheios, desconhecendo os horários de recolha, mas considerando que esta poderá ocorrer apenas uma ou duas vezes por mês. Por fim, mencionou a situação no lugar de Sequeiros, onde existe uma obra que envolveu a ribeira, referindo que, ao fim de quase quatro anos, permanecem cerca de trinta metros quadrados de alcatrão por repor.-----

-----3 – Período de Antes do Ordem do Dia-----

Feitas as inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra a Mariana Bastos.-----

Mariana Bastos manifestou a sua preocupação em relação ao facto de, decorridos quatro meses desde o início do mandato, se constatar a ausência de alguns vereadores eleitos pelo PSD que, até ao momento, ainda não assumiram plenamente as suas funções. Disse compreender que existem condicionantes pessoais e profissionais, mas o exercício de um cargo público exige disponibilidade e responsabilidade perante os severenses que confiaram o seu voto. Referiu o caso recente do novo Presidente da República, que deixou de dar aulas, abdicou das suas empresas e de todo o resto a que estava associado para se dedicar à função para a qual foi eleito. Relativamente à atuação do executivo nas últimas semanas, disse entender que as prioridades deveriam estar mais alinhadas com os desafios estruturais que o concelho enfrenta. Observou que, enquanto municípios vizinhos reforçavam meios para os bombeiros e promoviam reuniões de articulação com juntas de freguesia, IPSS e associações locais, a autarquia terá optado por dedicar particular atenção a iniciativas de carácter festivo e promocional, cuja prioridade poderá ser questionada face aos desafios estruturais que o concelho atualmente enfrenta. Salientou que o concelho enfrenta problemas que exigem intervenção estruturada e planeamento rigoroso, nomeadamente o estado de degradação das vias municipais, resultante de pavimentações insuficientes e falta de manutenção adequada; a necessidade de uma intervenção profunda na Estrada Nacional 16 ao nível da segurança e do perfil rodoviário; fragilidades na área da Proteção Civil, que carecem de planeamento e investimento adequado; e incertezas no setor da saúde, tanto no que respeita a respostas imediatas como à estratégia de médio e longo prazo. Afirmou ser fundamental passar de uma lógica reativa para uma ação planeada e consistente, sublinhando-se que o concelho necessita de respostas estruturais e não apenas de soluções pontuais. Foi igualmente referido que é necessário governar com visão de futuro, colocando sempre os severenses no centro das decisões, sendo, para o efeito, necessário explicar-lhes, através das plataformas existentes, as razões da não transmissão das sessões, uma vez que, quando o atual executivo se encontrava no lugar de

deputados, esta foi uma das lutas que defendeu e conseguiu concretizar, sendo agora os mesmos a pôr termo ao que conquistaram, o que considera não fazer sentido.-----
De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Dias.--
António Dias – cumprimentou todos os presentes. Começou por referir que o concelho se encontra num período pós-calamidade, pós-intempéries que provocaram diversos estragos. Afirmou que, mais uma vez, o concelho, à custa dessas intempéries, vai conseguir apoios extraordinários para fazer face aos efeitos negativos, à semelhança do que aconteceu com os fogos de 2024, considerando que, caso contrário, não apresentaria qualquer obra. Salientou tratar-se de um momento particularmente complicado, tanto para o concelho como para o território nacional, referindo que, em situações como esta, se exige liderança, presença institucional forte e capacidade de resposta célere. Contudo, afirmou que Sever do Vouga se encontra, na prática, numa situação de fragilidade institucional, por não ter no ativo a pessoa que o representa ao mais alto nível, o Presidente da Câmara Municipal. Dirigindo-se à Vice-Presidente, referiu terem surgido informações contraditórias relativamente à situação clínica e laboral do Presidente da Câmara Municipal, indicando que, por um lado, é do conhecimento público que o mesmo se encontra numa situação clínica delicada e, por outro, o site do município refere a sua presença em reuniões via Zoom, bem como aparições públicas e comunicações à comunicação social, designadamente no contexto das intempéries, considerando que tal dualidade gera confusão e levanta dúvidas. Assim, solicitou esclarecimentos no sentido de saber se o Presidente da Câmara Municipal se encontra formalmente de baixa médica; se está, de facto, em exercício pleno de funções; qual o enquadramento legal da sua atuação no atual contexto; e quem assume, formal e efetivamente, a condução do município no referido caso de impedimento. Referiu a importância de esclarecer se o restante executivo não tem capacidade política ou técnica para dar resposta às exigências do momento, obrigando o senhor presidente a manter uma intervenção ativa ou se, pelo contrário, o presidente, apesar da situação clínica não se encontra efetivamente de baixa e continua em exercício. Referiu também que, caso o Presidente esteja de baixa, a sua exposição pública e envolvimento institucional podem, inclusive, levantar a questão de estarem a ser criadas condições que dificultam a sua recuperação por eventual falta de confiança na capacidade da sua equipa para resolver os problemas do concelho. Neste sentido, solicitou um esclarecimento cabal, formal e escrito, sobre a situação clínica e laboral do Presidente da Câmara Municipal, o seu enquadramento funcional e a distribuição efetiva de competências no contexto atual, considerando que a transparência institucional exige a clarificação desta matéria sem ambiguidades. De seguida, solicitou esclarecimento sobre quando será aplicado alcatrão frio nos inúmeros buracos existentes nas estradas da freguesia de Talhadas; quando serão colocados os rails de proteção na EN 333, na zona da Frágua; quando será efetuada a marcação horizontal das estradas da freguesia de Talhadas, nomeadamente na EN 333; quando será reposta a sinalização tombada e outra danificada, designadamente nas localidades de Frágua, Silveira e Talhadas. Recordou que, na sessão de setembro de 2025, foi referida a previsão de colocação de um rail com cerca de quinhentos metros, tendo sido instalados painéis informativos de perigo que, segundo afirmou, não funcionaram em mais de oitenta por cento do tempo, precisamente quando eram mais necessários, devido à falta de exposição solar, solicitando esclarecimentos adicionais sobre esta situação. Referiu ainda que, no anterior mandato foi recorrente o Presidente da Câmara Municipal fazer referência a buracos, inclusive, buracos financeiros, dizendo até que os buracos estavam todos na estrada das Arcas. Contudo, afirmou que, atualmente, verificam-se problemas físicos evidentes em várias vias intervencionadas pelo atual executivo, indicando que a maioria das estradas e obras realizadas pelo anterior executivo apresenta problemas, nomeadamente a estrada de Silva Escura a Dornelas, a estrada da Arrôta, a estrada das Arcas, o largo da Emília, entre outras. Deu como exemplo a estrada das Arcas onde surgem nascentes de água no extravia, o que, no seu entendimento, suscita sérias dúvidas quanto à qualidade da drenagem executada.

Questionou, em tom crítico, se se pretende criar uma marca associada ao concelho como “capital dos buracos” ou se as obras do atual executivo ficarão conhecidas como pertencentes à “Câmara dos buracos”, solicitando esclarecimentos sobre a fiscalização técnica e a responsabilidade das referidas intervenções. Dirigindo-se novamente à Vice-Presidente, referiu ter sido informado de que o extrato de conta corrente dos fundos disponíveis seria enviado a partir de 1 de janeiro de 2026, indicando que não o recebeu até à data e solicitou esclarecimento sobre essa matéria. Por fim, abordou a questão das necessidades de habitação, referindo ter apresentado um requerimento e não ter ainda sido esclarecido relativamente ao que foi referido pela Vice-Presidente na última sessão sobre essa matéria. Solicitou que lhe fosse disponibilizado o levantamento realizado, os respetivos resultados e que fosse esclarecido se essa informação será ou não disponibilizada, quer a si, quer à assembleia.-----

Foi, pelo **Presidente da Assembleia Municipal**, concedida a palavra a Rafael Bastos.-----
Rafael Bastos referiu que, ao longo do tempo, o aumento exponencial da população de javalis no concelho tem causado prejuízos agrícolas acentuados e colocado em risco a segurança rodoviária dos cidadãos, tendo inclusive invadido espaços urbanos. Acrescentou que o ICNF abriu recentemente um período excecional para o controlo da população destes animais, até ao dia 15 de março. Considerando que o município é a entidade com maior capacidade de dar voz às associações de caçadores e à população, questionou quais as iniciativas que foram tomadas para aproveitar este período excecional concedido pelo ICNF.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Elga Silva.-----
Elga Silva cumprimentou todos os presentes e afirmou que representa com agrado a freguesia que recebe a primeira reunião descentralizada da assembleia municipal. Destacou a importância, do seu ponto de vista, de a assembleia se aproximar da população e das pessoas. Referiu que teria gostado de contar com a presença do Presidente da Câmara Municipal, mas que, infelizmente, por motivos de saúde, este não pôde estar presente, esperando recebê-lo brevemente na freguesia e desejando-lhe rápidas melhoras. Assinalou que, sendo a assembleia realizada na sua freguesia, pretendia fazer algumas observações com base em reuniões a que tem assistido. Recordou que a escola da Vala não encerrou durante o atual executivo e que o posto médico da freguesia, embora fechado há mais de cinco anos por falta de médico, não encerrou durante este executivo. Explicou que tinha esperança de que, após o encerramento do centro de saúde, houvesse uma redistribuição dos serviços de saúde pelos postos médicos existentes nas diversas freguesias, incluindo Silva Escura, o que não aconteceu. Referiu, ainda, não ser a primeira vez que um Presidente da Câmara se encontra com problemas de saúde, lembrando que, no passado, o Professor António Coutinho, apesar de estar doente, manteve-se envolvido na política. Deu como exemplo uma situação em que um vereador desvalorizou a iniciativa de se apresentar um pedido à Assembleia da República para evitar o encerramento de valências do centro de saúde, nomeadamente a urgência e o prolongamento das consultas, sendo que na véspera, contactou o Professor Coutinho que lhe garantiu que alguém os acompanharia. Referiu que, aquando da sua chegada a Lisboa, acompanhada pelo senhor Arede, se encontravam à porta da Assembleia da República todos os vereadores do executivo da altura. Elga Silva sublinhou que, embora o atual Presidente da Câmara esteja com problemas de saúde, a qualquer momento todos podem enfrentar situações semelhantes, pelo que apelou à assembleia para não utilizar a saúde como instrumento político, pedindo empatia e humanidade. Concluiu dando as boas-vindas a todos os presentes e agradecendo que, no final da sessão, permanecessem para um breve convívio e conversa informal.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Alexandre Rocha.
Alexandre Rocha cumprimentou todos os presentes e referiu que pretendia abordar três ou quatro situações. Começou pela estrada de Silva Escura a Dornelas, afirmando que, por passar diariamente por essa via, constatou que não se encontra em condições adequadas e que ainda existe muita coisa que ainda não foi finalizada. Questionou a Vice-Presidente

sobre a primeira fase da intervenção, referindo que a estrada se encontra dividida em duas empreitadas: a primeira, até à Rua do Cabeço, próximo do Areeiro, e a segunda, que se estende da Rua do Cabeço, passa pela Rua da Vessada até à Rua da Chapadinha. Perguntou se a primeira empreitada se encontra finalizada e, em caso afirmativo, quem seria responsável por repor os danos causados à estrada pelas intempéries da última semana. Relativamente à segunda empreitada, solicitou informações sobre a data prevista para conclusão dos trabalhos e, se possível, sobre a existência de algum responsável no município a quem se possa dirigir para obter informações adicionais acerca desta intervenção. Referiu que existem várias pessoas em Dornelas, incluindo empreiteiros, bem como fábricas que estão a ser severamente penalizadas pelas condições da estrada, sublinhando a extrema urgência na conclusão da obra.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu, de seguida, a palavra a João Oliveira.-
João Oliveira saudou todos os presentes, dirigindo uma palavra de apreço ao Presidente da Assembleia Municipal, Sérgio Rodrigues. Endereçou também uma saudação especial à Presidente da Junta de Freguesia de Silva Escura. Manifestou a sua preocupação e inconformismo relativamente aos atos de falta de respeito ocorridos na reunião da assembleia municipal realizada em 19 de dezembro, referindo que a assembleia municipal é, por natureza, um espaço de divergência e de debate democrático, mas destacou que existe uma linha clara que separa o confronto do desrespeito pessoal. Salientou que, quando esta linha é ultrapassada, não se atinge apenas um deputado, mas a própria dignidade da instituição. Nenhuma discordância, sublinhou, justifica atitudes que comprometam o decoro parlamentar ou desconsiderem o respeito devido a qualquer membro da assembleia. Recordou que os deputados são representantes da população e que devem dar exemplo de equilíbrio, maturidade e responsabilidade. Reforçou a necessidade de que o respeito mútuo prevaleça, de modo a evitar a repetição de situações semelhantes às verificadas na reunião de 19 de dezembro. Afirmou que é possível discordar com firmeza, mas nunca desrespeitar, e que a sociedade espera postura compatível com a grandeza da assembleia. Ressaltou, por fim, a responsabilidade coletiva de dignificar a instituição. De seguida, disse ter constatado, numa consulta ao site da Câmara Municipal, que os pelouros foram distribuídos pelo Presidente da Câmara Municipal à vereadora Paula Coutinho e ao vereador Rui Correia, enquanto o vereador Hermínio Martins, embora já empossado há alguns meses, ainda não possui pelouro atribuído. Solicitou à Vice-Presidente da Câmara Municipal informações sobre a situação atual do vereador Hermínio Martins. Por último, destacou que, até à data, as sessões da Assembleia Municipal continuam sem transmissão. Mencionou que os emigrantes, que por vezes se deslocam centenas de quilómetros para votar, questionam a razão desta situação e solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal uma resolução urgente do problema.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Cláudia Silva.--
Cláudia Silva cumprimentou todos os presentes. Em nome da bancada do PSD, começou por dirigir uma palavra de cumprimento ao Presidente da Câmara Municipal, desejando-lhe uma plena recuperação e o seu regresso ao exercício de funções com a maior brevidade possível. Referiu que, conforme mencionado pela Senhora da Junta de Silva Escura, não é a primeira vez que um Presidente da Câmara se encontra ausente por motivos de saúde. Contudo, manifestou estranheza pelo facto de essa ausência, do conhecimento geral, estar a ser utilizada como instrumento de arremesso político. Considerou tratar-se de uma situação de natureza pessoal que está a ser usada para bloquear a normal atividade do executivo, sendo instrumentalizada como pretexto para a votação contra todas as propostas de forma indiscriminada, independentemente da sua importância e relevância para o concelho e para o bem-estar dos municípios. Sublinhou que a sua bancada não compactua com essa postura. Defendeu que o normal funcionamento da Câmara Municipal, enquanto instituição governativa e administrativa do concelho, deve ser respeitado com normalidade. Acrescentou que, apesar da ausência do Presidente da Câmara, o executivo tem desenvolvido um trabalho de proximidade, com sentido de responsabilidade institucional e

compromisso democrático com a população e com o seu compromisso político. Deixou, por isso, uma nota positiva relativamente ao trabalho desenvolvido, tendo em conta os cerca de quatro meses decorridos desde a tomada de posse. Registou com agrado os progressos no programa de revitalização da saúde, nomeadamente a requalificação do centro de saúde e a evolução na extensão de saúde de Talhadas. Reconheceu igualmente o trabalho desenvolvido em relação às coletividades, destacando o seu papel fundamental na dinamização cultural, social e desportiva, bem como o seu contributo decisivo para a inclusão social e a qualidade de vida dos munícipes. Registou ainda uma nota positiva quanto à presença incansável do executivo durante as intempéries sentidas no concelho, salientando a atuação dos vereadores e de toda a equipa municipal nas zonas e situações críticas, bem como o empenho demonstrado na resolução dos problemas. Por fim, destacou a limpeza da estrada 328, sublinhando a preocupação demonstrada na prevenção de derrocadas e na promoção da segurança rodoviária.-----

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos os presentes e começou por responder a uma questão transversal a quase todas as intervenções, relacionada com os vereadores e os pelouros. Explicou que o Presidente da Câmara pode delegar pelouros a quem entender, podendo inclusive optar por não os delegar. Informou ainda que, atualmente, existem três vereadores do PSD, todos convictos e certos da importância e da responsabilidade das suas funções, embora, em termos de vencimento, a situação corresponda a “um vereador e meio”. Já no que respeita à dedicação, garantiu que são efetivamente três vereadores em exercício. Enquanto Vice-Presidente, esclareceu que se encontra a substituir o Presidente devido à sua situação de saúde, durante o período em que este estiver ausente, sublinhando que esta é uma questão recorrente e cuja resposta se mantém, por corresponder à realidade em vigor. Abordando outra temática igualmente transversal, referiu-se às empreitadas e aos efeitos das intempéries, que provocaram anomalias nas vias públicas. Indicou que várias obras de correção de estradas já se encontram adjudicadas, mas salientou que as muitas chuvas causaram danos significativos, como buracos e degradação das vias, e obrigaram à interrupção de trabalhos em curso. Explicou que a chuva intensa não permitiu, de todo, que houvesse qualquer intervenção nas vias públicas, daí o atraso de algumas obras. Relativamente aos danos causados, afirmou que a responsabilidade é do município, estando agora a ser analisado se os mesmos se enquadram em garantias ou se resultam diretamente das intempéries porque, infelizmente, ocorreram algumas situações graves como derrocadas de estradas e queda de muros, destacando que não se registava um ano com tanta chuva há muito tempo. De seguida, expressou o seu agradecimento à Proteção Civil e aos bombeiros, referindo que o executivo esteve no terreno a acompanhar os trabalhos e que contactou todos os presidentes de junta de forma a tentar dar resposta às diversas ocorrências registadas por todo o concelho. Reforçou a importância do papel destes agentes locais e das entidades de socorro. No que diz respeito à EN 16, mencionou as derrocadas ocorridas devido ao mau tempo, assegurando que a situação está a ser monitorizada com o objetivo de garantir a segurança dos munícipes. Justificou a decisão de encerramento daquela via e a imposição de limites à circulação de algumas viaturas, colocando a segurança de pessoas e bens como prioridade. Retomando o tema das estradas, dirigiu-se ao senhor António Dias, referindo que situações como o aparecimento de água nas vias não são casos isolados, dando como exemplo a EN 328, onde ocorreu uma situação semelhante, portanto, o concelho não iria ficar conhecido pelos buracos. Salientou que não há qualquer diferenciação no tratamento destas situações e que a força da água, por vezes, encontra caminho através das estradas, causando danos em vários pontos do concelho. Relativamente à habitação, respondeu ao Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas, afirmando que este tem conhecimento das necessidades do concelho. Recordou que foi realizado, no passado, um levantamento no âmbito da estratégia local de habitação, que foi alterada no anterior mandato e votado em

assembleia. Acrescentou que, durante a elaboração dessa estratégia, foram ouvidos os presidentes de Junta e todas as entidades envolvidas, mas que, na altura, o Presidente da Junta de Talhadas não terá respondido aos e-mails e às solicitações de reunião para ser auscultado nesse sentido. De seguida, abordou a questão dos javalis e das montarias indicando que já foram realizadas algumas ações no passado, com resultados aquém do desejado. Referiu que, até 15 de março, existe a possibilidade de realizar correções de densidade através de montarias. Reconheceu os prejuízos causados pelos javalis, tanto em acidentes rodoviários como na agricultura, especialmente num concelho com forte presença de agricultura de subsistência. Garantiu que o município está empenhado em continuar a trabalhar nesta matéria, sensibilizando as associações de caça para a realização de montarias, apesar de os resultados não terem sido, até ao momento, os pretendidos.-----

António Dias voltou a questionar sobre a conta corrente dos fundos disponíveis.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou que a resposta à informação já tinha sido enviada a quem a solicitou. Acrescentou que iria tentar saber, mas que também é possível solicitar a consulta dos documentos.-----

(Um membro falou do lugar – inaudível)-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceu a João Oliveira que já tinha respondido às questões colocadas, não nesta assembleia, mas em outras ocasiões. Reiterou que, no momento, o vereador Hermínio Martins é um vereador sem pelouro.-----

(Um membro falou do lugar – inaudível)-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que o período de inscrições já tinha terminado e que a bancada não dispunha de mais tempo. Considerou-se, assim, que todos os pontos apresentados estavam esclarecidos.-----

(Um membro falou do lugar – inaudível)-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** explicou que, conforme referido anteriormente, algumas obras tiveram de parar devido às intempéries. No caso específico em análise, acrescentou, aguarda-se a aprovação da quarta revisão do orçamento para incluir mais verba.-----

Mariana Bastos pediu para intervir.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou Mariana Bastos de que a bancada já tinha esgotado o seu tempo de intervenção.-----

----- 4 – Período da Ordem do Dia -----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - Foi apresentada ao órgão deliberativo informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, referente ao período de dezembro a janeiro de 2026. Antes de dar início a um período de intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** reiterou os cumprimentos dirigidos anteriormente e afirmou que a informação escrita apresentada reflete o trabalho rigoroso e empenhado de todos os serviços municipais. Destacou que esses documentos constituem a tradução fiel do compromisso do executivo com a transparência, servindo de base necessária para que a Assembleia Municipal exerça as suas competências de fiscalização e deliberação de forma plenamente esclarecida. Destacou, neste período, a resiliência demonstrada pelo território e pelas equipas municipais perante as recentes intempéries que afetaram o país e o concelho. Referiu que a severidade do inverno testou a capacidade de resposta do executivo, a qual só foi possível graças à estreita articulação entre os serviços operacionais da Câmara Municipal, das juntas de freguesia, dos bombeiros voluntários, do Exército Português e dos agentes da Proteção Civil. Ressaltou que o executivo mantém-se atento e empenhado na reparação célere dos danos causados, reafirmando que a segurança e a salvaguarda de pessoas e bens constituem prioridade absoluta. Sublinhou ainda que o mandato de confiança conferido pelo povo severense é a bússola do executivo, e que a estabilidade atualmente usufruída garante a concretização das prioridades assumidas para o concelho. Por fim, destacou a importância da colaboração construtiva dos membros da

assembleia municipal e do debate elevado, sempre em prol do interesse superior de Sever do Vouga.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a João Oliveira.--
João Oliveira renovou os cumprimentos a todos os presentes. Começou por dizer que tem vindo a escutar algumas queixas dos utentes dos transportes públicos e sugeriu a realização de um inquérito aos mesmos para avaliar o seu grau de satisfação no que concerne aos horários, à comodidade das viaturas, à higiene, aos itinerários e à segurança. Afirmou estar certo de que, após a realização desse inquérito, poderão ser introduzidas melhorias, benefício dos cidadãos, naquele serviço público. Referiu que a comunicação escrita menciona a existência da obra “Estrada de Dornelas a Silva Escura, km 3,2 a 4,25”, pronta para concurso, questionando a Vice-Presidente sobre a natureza da referida obra. Questionou, ainda, qual a data prevista para a conclusão da estrada de Dornelas a Silva Escura, obra que já foi iniciada no executivo do Dr. António Coutinho, bem como sobre a fase em que se encontra a melhoria da estrada de Silva Escura para o Alto da Serra, com ligação ao IC2, sublinhando tratar-se de uma via de elevada importância para os habitantes de Silva Escura e Dornelas. Acrescentou que as obras mencionadas na comunicação escrita continuam sem data acordada para a sua conclusão, referindo que a indicação de prazos de 60 ou 120 dias é insuficiente sem a definição da data de início. Considerou importante que esta informação volte a ser disponibilizada, à semelhança do que ocorria no anterior mandato. Relativamente à piscina municipal, destacou a sua importância como um ativo relevante para o concelho, podendo mesmo ser considerada um segundo centro de saúde, dada a elevada frequência por jovens, adultos e seniores. No entanto, salientou que este equipamento deve estar mais tempo ao serviço da população, não devendo estar encerrado durante o Carnaval, a Páscoa e no final do ano letivo. Acrescentou que um mês e meio de paragem para renovação no início do verão é muito tempo. Tendo essas paragens em conta, disse parecer-lhe que a piscina se encontra encerrada durante quase 20% do ano. Por fim, abordou a situação da ecopista, atualmente em obras, referindo que, no troço Paradela-Cedrim, a água proveniente dos caminhos adjacentes continua a provocar o enlameamento da via. Indicou que, conforme já constatado pelo executivo, a solução passa pelo rebaixamento das bermas em alguns locais, considerando que, estando a ecopista em intervenção, este é o momento oportuno para proceder a essa correção. Terminou desejando as melhoras ao Presidente da Câmara Municipal, Pedro Lobo.-----

Foi, pelo **Presidente da Assembleia Municipal**, concedida a palavra a Marta Batista.-----
Marta Batista cumprimentou todos os presentes e começou por destacar os aspetos positivos da informação escrita apresentada. Referiu que o documento evidencia o acompanhamento das obras municipais e a atualização do estado de execução dos vários investimentos estruturantes para o concelho. Registou uma evolução significativa no que se refere ao Posto Territorial da GNR e ao Centro de Saúde de Sever do Vouga, observando que este projeto finalmente ganha consistência, assim como a Extensão de Saúde de Talhadas, e considerou que estes avanços devem ser reconhecidos. Contudo, salientou que a assembleia municipal não existe apenas para registar progressos, mas também para escrutinar, clarificar e responsabilizar. Nesse sentido, questionou a ausência, na informação escrita, de qualquer referência ao compromisso assumido pelo Presidente da Assembleia Municipal relativamente à apresentação dos custos com as gravações na Assembleia Municipal. Recordou que, na última assembleia, foi garantido que seria dada uma resposta, mas a informação sobre o procedimento administrativo, que na altura se afirmou estar a decorrer pelos serviços da Câmara Municipal, não consta do documento apresentado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que o assunto levantado por Marta Batista diz respeito à Assembleia Municipal e que o mesmo não tem de constar na informação escrita da Câmara Municipal.-----

Marta Batista disse que estava a solicitar a informação no ponto da informação escrita, uma vez que a mesma não foi apresentada de outra forma. Relativamente à informação

escrita de dezembro e à atual, observou que se trata, essencialmente, de uma atualização administrativa, com algumas obras apresentadas de forma repetida, possivelmente devido a situações de *copy/paste* não detetadas pelos serviços, destacando que pelo menos uma obra aparece repetida. Assinalou que o Fundo de Emergência Municipal, criado na sequência das intempéries e cheias de dezembro de 2022 e janeiro de 2023, continua com apenas 80% de execução, questionando por que motivo ainda não se encontra concluído, visto estarem a ser enfrentadas novas ocorrências. Referiu, como exemplo, a EN16, questionando como é que vai ser tratada essa situação atendendo a que a mesma está danificada pelas intempéries. Relativamente à Estratégia Local de Habitação, solicitou esclarecimento sobre a referência à conclusão do apartamento no bairro e das habitações T1 e T3, uma vez que a informação indica conclusão prevista para junho de 2026, mas consta como inalterada. Questionou quais habitações estão envolvidas e em que fase concreta se encontra o processo. Relativamente à creche de Pessegueiro do Vouga, apesar da elevada taxa de execução já alcançada, solicitou explicação sobre o novo acréscimo em trabalhos complementares no valor aproximado de 42 mil euros e sobre a data prevista para a abertura do espaço. De seguida, recordou que, na reunião de 19 de dezembro, questionou a Vice-Presidente sobre o auto de transferência para as juntas de freguesia.-----

O Presidente da Assembleia Municipal disse esperar que estivesse relacionado com a informação escrita.-----

Marta Batista disse estar a perguntar porque, uma vez que não foi apresentada resposta, a mesma devia estar na informação escrita. Continuando, perguntou se as reuniões se realizaram, ou não, com que freguesias, que propostas foram apresentadas, se foi ou não alcançado um acordo e porque é que essa informação não consta na informação escrita. Acrescentou que essa informação devia vir à reunião de fevereiro, conforme acordado. Sobre a comunicação da Proteção Civil...-----

O Presidente da Assembleia Municipal informou Marta Batista de que o seu tempo tinha acabado, agradecendo que terminasse rapidamente a sua intervenção.-----

Marta Batista manifestou o interesse em obter esclarecimentos, no âmbito da informação escrita, relativamente à comunicação da Proteção Civil que diz que fez uma articulação com a GNR e os bombeiros. Perante o ocorrido na reunião da passada quarta-feira, e perante aquilo que está a acontecer na comunicação social, e como Sever do Vouga está a ser conhecidos pelos piores motivos, disse que iria apresentar um requerimento à Mesa de forma a obter informação daquilo que está a acontecer com o corpo de bombeiros.-----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu que Marta Batista concluísse a intervenção, referindo que a mesma não estava relacionada com a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal.-----

Marta Batista referiu constar, na comunicação da Proteção Civil, que tinham sido realizadas reuniões com a GNR e os bombeiros, acrescentando que, na reunião de quarta-feira, foi mencionada a realização de uma reunião e isso deviera ser comunicado. Informou ainda que o CDS iria apresentar dois requerimentos à Mesa, um relativo ao CLDS e outro referente aos bombeiros, com o objetivo de conhecer a posição da Câmara Municipal sobre o assunto.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Mariana Bastos.-----

Mariana Bastos interveio para dizer que, outrora, quando um Presidente da Câmara esteve doente, estavam três vereadores em funções.-----

O Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para esclarecer a Mariana Bastos que a sua intervenção não estava relacionada com a informação escrita e que o tema já tinha sido discutido. De seguida, passou a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** reiterou os cumprimentos dirigidos anteriormente e começou por abordar as questões colocadas por João Oliveira, referindo que os transportes públicos constituem uma preocupação da Câmara Municipal. Informou

que, no mandato anterior, os transportes públicos no concelho já tinham sido reforçados e que se pretende continuar a reforçá-los para atender às necessidades dos severenses. Confirmou que foi realizado um inquérito aos utilizadores dos transportes, conduzido pela concessionária Busway, cujos resultados estão a ser analisados para permitir uma atuação ainda mais eficaz no serviço, considerado de extrema importância. Destacou que, desde o mandato anterior, foi possível garantir transportes diários de Sever do Vouga para Aveiro, permitindo que alunos da Universidade de Aveiro se desloquem diariamente, poupando um valor significativo no orçamento familiar. Reforçou que a Câmara permanece atenta e pretende continuar a melhorar esta resposta, considerada muito importante para o concelho. Relativamente à obra de Silva Escura a Dornelas, assunto abordado também por Alexandre Rocha, referiu que a obra está a avançar e espera-se a sua conclusão o mais breve possível, para benefício de todos. Sobre a piscina municipal, afirmou que se trata de um equipamento que é bem frequentado pelos munícipes, reconhecendo alguns constrangimentos na manutenção da sua abertura contínua devido às férias dos funcionários, mas garantiu que se procura maximizar os períodos de funcionamento. Quanto à ecopista, explicou que a mesma está em obras e que as intempéries danificaram ainda mais a ecopista e prejudicaram muito os trabalhos que estavam a ser desenvolvidos, sendo que alguns trabalhos poderiam ter de voltar a ser realizados. Informou que, assim que for possível, e o tempo parece que já está a melhorar, os trabalhos serão retomados. Em relação à intervenção de Marta Batista, sobre a EN 16, esclareceu que se tratam de situações distintas: uma relacionada com intempéries, que será resolvida, e outra com trabalhos de limpeza e reposição de valetas, igualmente em curso. Sobre a estratégia local de habitação, e como já tinha referido ao Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas, a mesma pode ser disponibilizada para um conhecimento mais aprofundado, ainda que esteja publicada no site da Câmara. Explicou que a estratégia visa identificar e resolver as necessidades habitacionais da população, destacando que algumas situações já foram solucionadas, enquanto outras estão por resolver. Referiu que algumas situações já se encontram resolvidas, enquanto outras permanecem por resolver. Explicou que o processo em causa resultava de uma candidatura ao PRR, cuja dotação financeira entretanto se esgotou, existindo dois critérios possíveis: a dotação disponível ou o número de habitações atingidas. Acrescentou que já houve contacto com o Ministro, o qual garantiu que iria encontrar outra forma de financiamento para as obras em questão. Assim, relativamente às intervenções que ainda não foi possível executar, informou que se aguarda o desenvolvimento de novas diligências com o Ministro, no sentido de resolver a situação. Reafirmou que foi assegurado pelo Ministro que será encontrada uma alternativa de financiamento, permitindo que as referidas obras e edifícios avancem. Sobre a creche de Pessegueiro do Vouga, informou que, com o decorrer das obras surgiu outra necessidade – a escola terá duas valências, uma da creche e outra do centro de dia, e como tem estas duas valências, a Segurança Social exige outro tipo de resposta do equipamento, portanto, é essa resposta que tem de ser comum a ambas as valências, daí a diferença do valor. De seguida, informou que o executivo reuniu, em separado, com todas as juntas de freguesia e que todas apresentaram contributos, aos quais o executivo tomou boa atenção. Como resultado dessas conversas, algumas obras foram incluídas no orçamento para execução. Relativamente à Proteção Civil, destacou o papel fundamental da articulação entre os diversos agentes no concelho, incluindo GNR, bombeiros e proteção civil municipal e, especialmente no atual período crítico, foram realizadas algumas reuniões para a tomada de decisões importantes para o concelho. Sobre os bombeiros, manifestou preocupação com a situação e referiu que, em reuniões com o comando e a direção, ficou garantido que o salvamento das pessoas estaria salvaguardado, inclusive pela proteção civil distrital. Reforçou que, sendo uma associação, esta se rege pelas regras do associativismo e pelos seus regulamentos, e que a Câmara atuou como mediadora para evitar que as coisas escalassem, garantindo a salvaguarda e o salvamento dos munícipes, pelo que o executivo ficou mais descansado pois é isso que pretende.-----

(Um membro falou do lugar – inaudível)-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou que iria solicitar ao serviço que, numa próxima comunicação, sejam mencionados os dados solicitados. Quanto à outra estrada referida, adiantou que, assim que for possível dispor da parte do orçamento, dar-se-á seguimento ao processo.-----

4.2 Mapa de Demonstrações do Desempenho Orçamental: - O órgão deliberativo tomou conhecimento do Mapa de Demonstrações do Desempenho Orçamental, referente ao ano de 2025.-----

4.3 Mapa de Pessoal de 2026 – 1ª Alteração: - Foi apresentada a seguinte proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2026:-----

- A criação de um lugar de técnico superior, com licenciatura em Contabilidade, afeto ao Núcleo de Gestão Financeira e Patrimonial, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.-----

Antes de dar início ao período de intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que tinha ficado decidido, na reunião de líderes, que os pontos 4.3 e o 4.4 iriam ser discutidos em conjunto. De seguida, concedeu a palavra a Marta Batista.-----

Marta Batista cumprimentou novamente todos os presentes e colocou duas questões, referindo que não conseguiu perceber totalmente o conteúdo da informação apresentada. Pretendia esclarecer se está previsto que um técnico superior saia em regime de mobilidade, ou seja, se concorreu para outro local e se transferirá por mobilidade, ou se, para além disso, haverá a saída de um técnico por aposentação, ou ainda se está prevista a aposentação de mais um técnico. Solicitou, nesse caso, a identificação desse técnico e a data prevista para a sua aposentação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal da Câmara Municipal.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** reiterou os cumprimentos feitos anteriormente e esclareceu que uma situação diz respeito à mobilidade de uma técnica e a outra à aposentação de uma colaboradora que solicitou a aposentação, acrescentando que a data em que esta ocorrerá não depende da Câmara Municipal, mas sim da tutela.-----

Analisada a proposta e respetiva documentação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2026.-----

Vinte e um votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, António Dias, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hugo Martins, José Bastos, José Lemos, Luís Pereira, Luís Guerra, Maria do Carmo Oliveira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Marta Batista, Paulo Lourenço, Roberto Freitas, Sérgio Rodrigues e Sofia Araújo.-----

Nove abstenções – Arolde Balaias, Filipe Marques, Inês Fernandes, João Graça, João Oliveira, Mariana Bastos, Rafael Bastos, Sandra Duarte e Sónia Correia.-----

4.4 Mapa de Pessoal de 2026 – 2ª Alteração: - Foi apresentada a seguinte proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2026:-----

- Que o lugar existente de um Técnico Superior, com licenciatura na área de Arquivo, no Mapa de Pessoal de 2026, afeto ao Núcleo de Atendimento Administrativo e Gestão de Arquivo, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado passe a ser considerado em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo.-----

Analisada a proposta e respetiva documentação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 2ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2026.-----

Vinte e um votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, António Dias, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hugo Martins, José Bastos, José Lemos, Luís Pereira, Luís Guerra, Maria do Carmo Oliveira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Marta Batista, Paulo Lourenço, Roberto Freitas, Sérgio Rodrigues e Sofia Araújo.-----

Nove abstenções – Arolde Balaias, Filipe Marques, Inês Fernandes, João Graça, João Oliveira, Mariana Bastos, Rafael Bastos, Sandra Duarte e Sónia Correia.-----

4.5 Conselho Municipal de Saúde de Sever do Vouga: - Neste ponto, pretende-se a eleição de um presidente da Junta de Freguesia para representar as freguesias do município no Conselho Municipal de Saúde de Sever do Vouga.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao executivo se queria acrescentar alguma coisa ao ponto.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** afirmou que os documentos são bem claros e considerou esclarecedor o que está contido na informação.-----

Assim, o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou às bancadas que indicassem os nomes que seriam votados.-----

Maria Margarida Raimundo cumprimentou todos os presentes e informou que o grupo municipal do PSD apresentava como candidato para o Conselho Municipal de Saúde de Sever do Vouga o presidente da Junta de Freguesia de Couto de Esteves, Carlos Oliveira.--

João Oliveira renovou os cumprimentos a todos e informou que o grupo municipal do PS propunha para o Conselho Municipal de Saúde de Sever do Vouga o presidente da Junta de Freguesia de Dornelas, Arolde Balaias. Ressaltou que se tratava de uma pessoa idónea, com experiência em trabalho na Segurança Social, que já tinha ocupado um cargo semelhante em anterior executivo. Destacou ainda que, uma vez que a composição do Conselho Municipal inclui o presidente da Câmara Municipal e o presidente da Assembleia Municipal, fazia todo o sentido que o presidente da Junta de Freguesia fosse da oposição.-----

Os grupos municipais CDS, Independente e Chega não apresentaram candidatos.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que os boletins de votos continham os nomes dos nove presidentes de Junta, mas pediu para votarem em conformidade com os candidatos apresentados, Carlos Oliveira e Arolde Balaias.-----

Marta Batista fez uma interpelação à mesa por causa dos boletins de voto questionando porque é que constavam os nomes de todos os presidentes de Junta no boletim de voto quando apenas dois nomes tinham sido apresentados a votação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou o que é que não estava a ser cumprido a nível do regimento?-----

Marta Batista disse considerar que apenas quem se candidata deve constar no boletim de voto.-----

António Dias pediu para intervir.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou o motivo da intervenção.-----

António Dias informou querer intervir sobre o ponto em apreço.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que o período para as intervenções já tinha passado e que agora estavam na fase de votação.-----

António Dias disse não querer que o seu nome conste no boletim de voto.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam ser apresentados outros boletins de voto com a indicação “Cidadão A” e “Cidadão B” e pediu que os boletins de voto anteriormente entregues fossem devolvidos. Assim, foram recolhidos todos os boletins de voto entregues.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se havia alguma sugestão de como selecionar a atribuição de “Cidadão A” e “Cidadão B”.-----

Marta Batista sugeriu que a atribuição fosse feita de acordo com a apresentação das candidaturas.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que o “Cidadão A” correspondia ao candidato Carlos Oliveira e o “Cidadão B” correspondia ao candidato Arolde Balaias. Antes de dar seguimento à votação, deixou a seguinte ressalva: na reunião de líderes tinha ficado acordado que o boletim de voto inicialmente apresentado seria utilizado e que todos os líderes dos grupos municipais o tinham aceitado. Salientou que,

nesta ocasião, permitiria a situação, mas que, em futuras sessões, situações idênticas não seriam toleradas.-----

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, foi designado, por voto secreto, Arolde Balaias como representante das freguesias do concelho para integrar o Conselho Municipal de Saúde de Sever do Vouga.-----

Resultado da votação: Cidadão A – catorze votos; Cidadão B – dezasseis votos.-----

4.6 Comissão Alargada da CPCJ: - Através de e-mail datado de 27 de janeiro de 2026, a presidente da CPCJ de Sever do Vouga informou que o mandato de Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, que integra a Comissão Alargada, tinha cessado, pelo que, nos termos da alínea l), do n.º 1, do artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, é necessário realizar o ato eleitoral, por escrutínio secreto, para a sua recondução ou para a designação de um novo cidadão eleitor para integrar a referida comissão. O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que iria ser votada a recondução da atual cidadã eleitora que integra a Comissão Alargada da CPCJ, de acordo com o acordado em reunião de líderes.-----

Foi realizado o ato eleitoral, nos termos da alínea l), do n.º 1, do artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, por escrutínio secreto, tendo sido reconduzida Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva como cidadão eleitor para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sever do Vouga.-----

Resultado da votação: Sim – vinte e quatro votos; Não – cinco votos; Em branco – um voto.-----

4.7 4ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2026: - No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 4ª Alteração Modificativa do Plano Plurianual de Investimentos do Orçamento Municipal de 2026.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal da Câmara Municipal.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** reiterou os cumprimentos, acrescentando que a alteração em causa visava sobretudo a introdução de saldo de gerência não consignado, salientando ainda que os documentos eram claros.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Roberto Freitas. **Roberto Freitas** cumprimentou todos os presentes e referiu que usava da palavra com sentido de responsabilidade, mas também com frontalidade e preocupação. Referiu que a transferência de competências na área da limpeza para as freguesias tinha sido apresentada como uma oportunidade de proximidade, eficiência e melhor serviço às populações, tendo as freguesias assumido essa responsabilidade com espírito de missão. Contudo, salientou que, para que uma competência seja bem exercida, deve ser acompanhada dos meios financeiros adequados, considerando evidente a necessidade de uma retificação, sobretudo nas freguesias de menor dimensão. No caso da sua freguesia, indicou que o valor transferido mensalmente rondava os três mil euros, o que considera insuficiente para garantir o cumprimento das obrigações assumidas. Acrescentou que não está previsto qualquer reforço no orçamento retificativo, o que coloca a freguesia numa situação difícil. Esclareceu ainda que esse montante não permitia assegurar o pagamento de dois funcionários nem cobria todas as despesas inerentes, como encargos sociais, combustível, manutenção de equipamentos, seguros, materiais e demais custos operacionais. Referiu que se tratava de uma freguesia pequena, sem margem financeira nem receitas próprias significativas que permitissem absorver esta diferença. Nesse sentido, explicou que estavam a ser obrigados a recorrer a uma parte do FEF – Fundo de Estrutura Financeira da freguesia de Cedrim – para suportar despesas correntes, o que implicava a retirada de verbas destinadas a investimento em infraestruturas e na melhoria da qualidade de vida da população, apenas para garantir serviços básicos. Afirmou, por isso, que a freguesia se encontrava financeiramente estrangulada. Acrescentou ainda existir uma situação

adicional de grande preocupação: as receitas provenientes das nascentes da freguesia, cuja captação é explorada pela AdRA, encontram-se retidas no município desde novembro de 2024. Sublinhou que esses valores pertenciam à freguesia e eram essenciais ao seu equilíbrio financeiro, agravando a sua retenção a situação de asfixia. Fez questão de esclarecer que a sua intervenção não constitui um ataque político nem uma crítica destrutiva, mas antes um apelo responsável, manifestando vontade de trabalhar em parceria com o município, cooperar e encontrar soluções conjuntas. Destacou o papel das freguesias como primeira linha do poder local, sendo estas que diariamente escutam os munícipes e respondem às suas necessidades imediatas, defendendo, contudo, que essa proximidade exige justiça e uma adequada distribuição de recursos. Deixou, assim, um apelo ao executivo para que repensasse os valores atribuídos às freguesias, em particular às de menor dimensão, no âmbito da transferência de competências, defendendo a realização de uma avaliação real dos custos efetivos e o reconhecimento de que cerca de três mil euros mensais não cobrem as despesas mínimas para o bom funcionamento dos serviços de limpeza. Sublinhou que não pretendia privilégios, mas sim equilíbrio, sustentabilidade e condições para trabalhar com dignidade. Concluiu afirmando que votaria a favor do orçamento retificativo, por acreditar na estabilidade institucional e no compromisso com o município, ressalvando, no entanto, que o seu voto favorável não implicava deixar de defender a sua freguesia. Manifestou disponibilidade para dialogar, negociar e construir soluções, assegurando que se manteria firme na defesa dos interesses da população. Por fim, deixou uma palavra de apreço ao Presidente da Câmara, desejando-lhe rápidas melhoras.

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Dias.

António Dias renovou os cumprimentos. Começou por referir que, na sessão de 19 de dezembro, a Vice-Presidente da Câmara Municipal tinha informado que iria reunir com todas as juntas de freguesia para tratar dos protocolos. Disse que, apesar de a Vice-Presidente da Câmara Municipal ter informado, há pouco, que essa reunião já aconteceu com todas as juntas de freguesia, isso não aconteceu com a Junta de Freguesia de Talhadas. Salientou que, aquando da reunião do orçamento, realizada entre o final de novembro e o início de dezembro, tinha manifestado que a AHT queria que a Junta de Freguesia criasse uma unidade local de proteção civil, onde deixou claro que, sem verba financeira, a referida unidade não poderia ser criada. Deu como exemplo o município de Águeda onde são disponibilizados meios financeiros significativos - na ordem de várias dezenas de milhares de euros - para as freguesias de Macinhata do Vouga, Préstimo e Macieira de Alcoba e Valongo do Vouga. De seguida, afirmou que o Presidente da Câmara, e a anterior candidata do PSD à Junta de Freguesia de Talhadas, tinha prometido essa unidade ao povo daquela freguesia. Questionou, assim, a razão pela qual não foi alocada uma verba, ainda que parcial, na presente retificação orçamental para a criação da referida unidade. Fez referência à intervenção do Presidente da Junta de Cedrim, que tinha salientado que as juntas de freguesia estão, atualmente, a afetar verbas do FEF e de outras receitas ordinárias para assegurar as limpezas, confirmando que, de outro modo, não conseguem realizá-las. Por fim, voltou a questionar a falta de verba para unidade local de proteção civil, uma vez que a retificação orçamental previa 160 mil euros para a Ficavouga.

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou António Dias que o seu tempo tinha terminado e solicitou que concluísse.

António Dias referiu que estavam previstos mais 150 mil euros para a Feira do Mirtilo e mais 85 mil euros para o Dlim Dlão, questionando se não seria possível distribuir uma verba, ainda que de menor dimensão, pelas juntas de freguesia.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou à Vice-Presidente da Câmara Municipal.-
A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** reiterou os cumprimentos anteriormente dirigidos e agradeceu as intervenções. Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de

Cedrim, Roberto Freitas, referiu que a transferência de competências era um processo já iniciado anteriormente, recordando que, conforme já havia sido discutido em reunião, existia também vontade do executivo em rever esse processo. Acrescentou que, no total, a transferência de competências para as juntas de freguesia ultrapassava meio milhão de euros, destinado sobretudo à realização de limpezas, incluindo os PR. Sublinhou que o executivo pretende trabalhar em parceria com as juntas, procurando ir ao encontro das necessidades das freguesias e dos municípios. Afirmou ainda que havia total disponibilidade para o diálogo e para a construção de consensos, desde que estes fossem vantajosos para todas as partes, e, sobretudo, para a população, que considera ser o principal objetivo da ação de todos os intervenientes, no cumprimento das respetivas funções. Por fim, referiu que iria verificar a situação dos valores mencionados, articulando com os serviços competentes para esclarecer a questão, comprometendo-se a dar posteriormente um retorno sobre o assunto.-----

Roberto Freitas falou do lugar (impercetível) Não tenho nenhuma proposta em cima da mesa, mas posso prepará-la. Eu acho que o valor das limpezas não pode ser (impercetível).-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** referiu que essa matéria poderia ser objeto de diálogo posterior, no âmbito de uma reunião que se pretende realizar com os presidentes de Junta, com o objetivo de alcançar um consenso sobre a solução mais adequada para ambas as partes e, sobretudo, para a população, reiterando ser esse o principal propósito. Dirigindo-se a António Dias, esclareceu que a reunião anteriormente mencionada teve lugar no dia 27 de novembro, nos Paços do Concelho. Relativamente ao apoio à Unidade Local de Proteção Civil, afirmou que o município se encontrava totalmente disponível para apoiar, sublinhando, no entanto, que o primeiro passo seria a criação da própria unidade. Nesse sentido, destacou a importância da colaboração do Presidente de Junta, considerando tratar-se de um interesse comum a todos os intervenientes, e lançou o desafio para que se trabalhasse nesse objetivo. Acrescentou que esse era o caminho que estava a ser seguido, apelando à colaboração tanto da associação como da junta de freguesia para a criação da Unidade Local de Proteção Civil. Manifestou o entendimento de que o Presidente de Junta poderia desempenhar um papel relevante neste processo, atuando como um importante impulsionador da sua concretização.-----

António Dias falou do lugar (impercetível).-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** dirigiu-se a António Dias para dizer que essa discussão poderia ocorrer depois da Assembleia.-----

Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas, a **Vice-Presidente da Câmara Municipal** sugeriu o agendamento de uma reunião, referindo que entraria em contacto para o efeito.-----

Colocado este ponto à votação, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a 4ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2026.-----

Dezassete votos a favor – Almiro Machado, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hugo Martins, José Bastos, José Lemos, Luís Pereira, Maria do Carmo Oliveira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Paulo Lourenço, Roberto Freitas, Sérgio Rodrigues e Sofia Araújo.-----

Dois votos contra – António Dias e Marta Batista. António Dias apresentou a seguinte declaração de voto: *“Votei contra porque nenhum dos pedidos que eu, em nome da Junta de Freguesia, fiz, está na retificação orçamental”*.-----

Onze abstenções – Alexandre Rocha, Arolde Balaias, Filipe Marques, Inês Fernandes, João Graça, João Oliveira, Luís Guerra, Mariana Bastos, Rafael Bastos, Sandra Duarte e Sónia Correia.-----

4.8 Auditor Externo – Nomeação: - Para efeitos do previsto no n.º 1 do artigo 77º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão executivo propôs à Assembleia Municipal a nomeação da sociedade Kreston e Associados

SROC, Lda., como auditor externo e responsável pela certificação legal das contas do Município.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal da Câmara Municipal.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** referiu que a informação se encontrava bastante explícita e considerando não haver nada a acrescentar.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Marta Batista.--

Marta Batista renovou os cumprimentos e referiu que pretendia apenas um esclarecimento, uma vez que a informação disponibilizada não lhe permitira ficar totalmente elucidada. Questionou se o auditor em causa correspondia ao anterior, tratando-se de uma renovação de contrato, ou se, pelo contrário, se tratava de um novo auditor, solicitando, neste caso, esclarecimentos quanto ao procedimento adotado e ao valor da respetiva nomeação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal da Câmara Municipal.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** explicou que, conforme indicado na informação, o procedimento tinha sido realizado e o serviço de auditor externo foi adjudicado, coincidindo com o auditor já existente. Esclareceu ainda que o valor da contratação era de 36 mil euros para um período de três anos.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a nomeação da sociedade Kreston e Associados SROC, Lda., como auditor externo e responsável pela certificação legal das contas do Município, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

Vinte a um votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, António Dias, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hugo Martins, José Bastos, José Lemos, Luís Pereira, Luís Guerra, Maria do Carmo Oliveira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Marta Batista, Paulo Lourenço, Roberto Freitas, Sérgio Rodrigues e Sofia Araújo.-----

Nove abstenções – Arolde Balaias, Filipe Marques, Inês Fernandes, João Graça, João Oliveira, Mariana Bastos, Rafael Bastos, Sandra Duarte e Sónia Correia.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Carla Alexandra Pereira da Silva, funcionária designada para o efeito, que a redigi.-----